

Uma criança necessita de algo mais do que amor

Um ensaio (“Mariage homosexuel, homoparentalité et adoption: ce que l’on oublie souvent de dire”, com uma tradução para inglês que se pode encontrar em “First Things”, março 2013) de Gilles Bernheim, grande rabino de França, sobre o projeto de casamento homossexual (aprovado a 2.2.2013) converteu-se num texto importante no debate, em França, e foi citado elogiosamente por Bento XVI. Resumimos os argumentos que fazem referência à negação da diferença sexual entre os esposos.

O projeto governamental de “casamento para todos” pretende consagrar na lei o direito a casar-se de todos os que se amam. Mas Bernheim recorda diversas situações nas quais do facto de duas pessoas se amarem, não fica claro que tenham direito a casar-se, sejam hetero ou homossexuais. Por exemplo, uma mulher não pode casar-se com dois homens, mesmo que assegure amar os dois e ambos queiram ser seus maridos.

O “casamento para todos” é uma frase vazia, visto que com a legalização do casamento homossexual, a lei continuará a proibir algumas pessoas de se casar. A lógica jurídica é simples: se proibir o casamento homossexual é discriminatório, recusar o casamento entre quem quer que invoque o amor (por exemplo, os defensores da poligamia ou dos casamentos de grupo) será também considerado discriminatório.

Por outro lado, os desejos individuais não bastam para mudar de cima abaixo uma instituição social. “O casamento”, para Bernheim, “não é somente o reconhecimento de uma relação amorosa. É a instituição que articula a união de um homem e de uma mulher como parte de uma sucessão de gerações. Pressupõe a fundação de uma família; isto é, de uma célula social que origina uma série de relações paterno filiais entre os seus membros”.

O amor muito menos é suficiente para invocar o direito dos casais do mesmo sexo a adotar. Bernheim não põe em causa que os homossexuais possam dar amor como os heterossexuais. Mas recorda que “amar uma criança é uma coisa e, amar uma criança com um amor que proporcione a estrutura necessária, outra”. “O papel dos pais vai para além do amor que sentem pelos seus filhos. Reduzir o vínculo entre pais e filhos aos seus aspetos afetivos e educativos é passar por alto o facto de este vínculo ter um fator psicológico de vital importância para a identidade das crianças”.

“Todo o afeto possível não basta para gerar as estruturas psicológicas básicas de que a criança necessita para vir a saber de onde vem, pois a criança estabelece a sua própria identidade somente através de um processo de diferenciação, o qual pressupõe saber com quem se parece. Por isso, necessita de saber que é fruto do amor entre um homem, o seu pai, e uma mulher, a sua mãe, graças à diferença sexual que existe entre eles”.

(...) “Identificar os pais de um filho não é só indicar quem vai criar a criança, com quem estabelecerá relações afetivas, ou quem lhe servirá como adulto de referência. Mais importante ainda: pressupõe situá-la numa cadeia geracional. Esta cadeia garante a cada indivíduo um lugar no mundo onde vive, visto que sabe de onde vem”.

Para Bernheim, a ideia da “homoparentalidade” é uma ficção. Tal como o casamento, a paternidade baseia-se na distinção antropológica entre homem e mulher. Pelo contrário, “os ativistas gays reivindicam o direito a um novo estatuto parental onde a paternidade fica reduzida a certas funções tais como a educação”. E acrescenta: “O termo ‘pais’ não é neutral; inclui a diferença sexual. Aceitar o de ‘homoparentalidade’ é arrancar à palavra ‘pais’ o seu significado corporal, biológico e carnal”.

Contra os que alegam serem os homossexuais discriminados por não poderem adotar, Bernheim recorda que o desejo de ter filhos não cria um direito a tê-los. Isto é válido tanto para os heterossexuais como para os homossexuais.

Bernheim denuncia com firmeza que “os defensores da adoção por casais homossexuais passam por alto neste debate que a criança é uma pessoa, um sujeito”. Falar de um “direito ao filho” instrumentaliza a criança; esta é sempre sujeito, não objeto, de direitos.

Contra isto pode argumentar-se que existem centenas de crianças à espera de ser adotadas, e que será sempre melhor a sua adoção por um casal de homossexuais a permanecerem num orfanato. Mas Bernheim replica que são precisamente “as crianças que esperam ser adotadas, as que necessitam, mais do que outras, de um pai e de uma mãe”, pois “sofrem o duplo trauma do abandono e da falta de identidade familiar” que a relação com um progenitor masculino e outro feminino confere.

Além disso, obrigar essas crianças a adaptarem-se à situação afetiva de um casal do mesmo sexo, não constituiria para elas

um novo obstáculo em face da grande maioria de crianças que têm pai e mãe?

A Yahoo obriga os empregados a voltar ao escritório

As vantagens do teletrabalho têm sido alvo de discussão, depois do anúncio da Yahoo de suspender esta opção laboral para os seus trabalhadores a partir de junho passado. Até aí, esta modalidade foi crescendo gradualmente e implantou-se, sobretudo, em setores emergentes. Entre 2005 e 2010, a percentagem de trabalhadores que exerciam a sua profissão a partir do lar passou de 3,6% para 4,3% nos Estados Unidos, com um crescimento maior em áreas como a informática, a ciência e a engenharia.

Os defensores do teletrabalho costumam enumerar entre as suas vantagens o maior rendimento. Num estudo realizado pelas universidades de Stanford e Pequim, depois de dividir o pessoal em dois grupos, consoante prestassem os seus serviços no seu domicílio ou nos escritórios, e analisar os seus resultados, concluiu-se que os que o faziam a partir de casa foram 13% mais produtivos do que os seus companheiros e, além disso, revelaram um maior grau de satisfação, afirma a "The Economist".

Outros fatores como a redução de espaço de escritórios e a poupança em instalação de gabinetes também são favoráveis para as empresas. Assim, após a polémica desencadeada pelas medidas da Yahoo, a Vodafone explicou que os resultados de um inquérito entre 500 executivos, mostram que as empresas britânicas poderiam economizar até 43.000 milhões de libras anuais, nesta modalidade, se os empregados trabalhassem à distância. Segundo o diretor da Vodafone na Grã-Bretanha, Jeroen Hoencamp, "as empresas estão a desvalorizar a poupança que deriva da redução de gabinetes".

Mas, juntamente com o entusiasmo da poupança, deve considerar-se também a existência de outras desvantagens que, às vezes, se esquecem e acabam por limitar o avanço empresarial. Por exemplo, o teletrabalho não permite as trocas de ideias habituais entre companheiros de escritório, algo que se torna necessário quando se trata de juntar talentos para inovar, desenvolver aplicações ou decidir-se por novos produtos.

Segundo explicava na "The New Yorker" o guru John Seely Brown, diretor durante uma década do centro de investigação Xerox PARC, os encarregados da manutenção das fotocopiadoras parecia que perdiam tempo enquanto comentavam e tomavam café, mas essas conversas eram muito úteis para resolver os problemas que encontravam no seu trabalho. "Os encontros casuais chegam a adquirir grande importância; as pessoas saem das suas rotinas e pensam", afirmava.

A decisão tomada pela diretora-geral da Yahoo, Marissa Mayer, que recebeu muitas críticas dos defensores da

flexibilidade laboral, não pretende anunciar o fim do trabalho a partir de casa, escondendo, sim, mais motivos estratégicos: uma parte da experiência laboral – valor intangível numa empresa – transmite-se de uns para outros, e não é fácil mantê-la viva e forte quando uma parte dos trabalhadores não está, algo que, a longo prazo, se repercute inegavelmente na demonstração de resultados. A nota interna enviada pela Yahoo aos seus trabalhadores diz: "Algumas das melhores decisões e ideias têm origem nas discussões de corredor e café; de conhecer pessoas novas e de reuniões improvisadas. Rapidez e qualidade são sacrificadas, muitas vezes, quando se trabalha a partir de casa. Temos de ser um Yahoo!, e isso começa por estarmos fisicamente juntos".

Alguns analistas salientaram que o valor em Bolsa da empresa norte-americana necessita de uma recuperação urgente, por ter passado de 125.000 milhões de dólares no ano 2000, para 25.000 milhões em 2012.

Se a Yahoo decidiu suprimir o trabalho a partir de casa, talvez seja porque constatou que os teletrabalhadores não estão suficientemente comprometidos com a empresa, num momento em que é necessário maior esforço. A nota que a Yahoo distribuiu entre os seus empregados, aludia precisamente a que "estar presente nos escritórios se torna crítico" e salientava que "as interações e experiências só são possíveis" nesses espaços.

A decisão de Marissa Meyer foi interpretada como um ataque velado às medidas flexíveis a que recorrem muitas mulheres e homens para compatibilizar os cuidados com a sua família. Alguns recordaram com uma certa ironia, como a própria diretora fez construir uma creche próximo do seu escritório para poder cuidar do seu filho, nascido recentemente.

No entanto, apesar deste pequeno contratempo, o teletrabalho continua a crescer no mundo. Muitas empresas continuam a encontrar neste sistema um modo de recrutar e reter talento. O futuro talvez exija diretores que saibam gerir melhor as suas equipas para criar confiança entre os empregados, estejam ou não no espaço da empresa.

M. A. B.

EUA: as novas mães solteiras

"Mães solteiras jovens": nos EUA, este conceito encontrava-se ligado a adolescentes que tinham ficado grávidas na sua etapa escolar de vida. Tinham de enfrentar sozinhas a vivência com o seu filho ou ir viver com os pais e com a ajuda que estes lhes pudessem prestar. Segundo o "The Wall Street Journal" (15.3.2013), este conceito evoluiu nas duas últimas décadas, pois este tipo de gravidezes em adolescentes diminuiu 42%.

Agora, a típica "mãe solteira jovem", é uma mulher que concluiu o secundário por volta dos vinte anos, a qual bem

poderia estar a viver com o pai do bebé. Este tipo de gravidezes aumentou 27% nos últimos vinte anos.

Atualmente, do total de nascimentos, 41% acontecem fora do casamento. Deles, 60% correspondem a mulheres na casa dos vinte anos, enquanto somente 20% são raparigas menores de 20 anos.

Ao atingirem os 30 anos, dois terços das mulheres norte-americanas já tiveram o seu primeiro filho, geralmente fora do casamento. Esta situação leva a que a criança cresça numa situação instável e em desvantagem emocional perante aquelas que nascem no seio de uma família constituída. De facto, mais de 40% dos casais que têm um filho sem se casarem, divorciam-se antes de o filho chegar aos cinco anos, o triplo que com as uniões de pessoas casadas na sua mesma idade e com um filho.

O crescimento do número de mães solteiras entre os 20 e os 30 anos reflete também a tendência para atrasar o casamento. A média etária de contrair casamento está no seu máximo histórico: 29 anos nos homens e 27 nas mulheres. No caso de a mulher ter estudos universitários, a média etária sobe.

Este atraso também tem efeitos positivos, visto que deu a muitos jovens a oportunidade de terminarem os seus estudos e assentar a sua carreira profissional e situação económica antes de formar uma família. Um exemplo é que as mulheres com estudos universitários numa situação de espera até aos 30 anos para se casar, têm maiores rendimentos – 10.000 dólares mais por ano – do que as casadoras de 20-25 anos. O atraso do casamento também contribuiu para reduzir a taxa de divórcios, que tem vindo a cair lenta, mas de forma constante, desde 1980.

“Por qué fracasan los países”

“Why Nations Fail”

Autores: Daron Acemoglu, James A. Robinson
Deusto. Barcelona (2012).
592 págs.
Tradução (castelhano): Marta García Madera.

Não são muitos os livros que contam com elogios de seis prémios Nobel da Economia, e a recomendação de meios de comunicação tão influentes como o “The New York Times”, o “The Washington Post” ou o “The Wall Street Journal”. Este é o caso de “Por qué fracasan los países”. O motivo de tanta atenção, é ele abordar com dados, com argumentos bem estruturados e de maneira acessível, um dos temas de maior

importância no campo da economia: por que motivo alguns países são ricos e outros pobres?

Os professores Acemoglu (do MIT) e Robinson (de Harvard) tentam responder a esta pergunta depois de quinze anos de investigação e apoiando-se em numerosos exemplos desde a Antiguidade até hoje. O seu ponto de partida entronca com o enfoque institucional e, portanto, com o protagonismo que as instituições de um país ocupam no seu funcionamento e desenvolvimento. Nesta linha, a inovação da sua abordagem assenta nas diferenças que existem entre as denominadas instituições políticas e económicas “inclusivas” e as “extrativas”, e o seu impacto no desenvolvimento económico dos países.

Para os autores, as instituições políticas inclusivas são características de um sistema político pluralista e centralizado, onde impera o Estado de Direito, em contraste com as extrativas, nas quais o poder está concentrado nas mãos de uma elite que o exerce quase sem limites. As primeiras oferecem segurança à propriedade privada, um sistema jurídico imparcial, liberdade de troca, possibilidade de entrada de novas empresas e que cada pessoa possa escolher a sua profissão. Permitem igualmente ter em conta outros dois fatores relevantes: a inovação tecnológica e o ensino.

As instituições económicas extrativas, pelo contrário, possibilitam que uma minoria extraia (daí a sua denominação), de maneira coerciva, os rendimentos e a riqueza gerados pela maioria da população para seu benefício exclusivo.

Acemoglu e Robinson desenvolvem e demonstram a validade da sua tese através da exposição, na forma de casos, dos acontecimentos e das respostas institucionais que tiveram lugar em diversos países e em diferentes momentos da história. Ao mesmo tempo, aproveitam para registar as deficiências explicativas em que, na sua opinião, incorrem outras hipóteses como a geográfica, a da cultura ou a da ignorância.

A hipótese que propõem, é que a prosperidade de um país acontece em consequência da entrada num círculo virtuoso, gerado pela retroalimentação positiva entre instituições políticas e económicas inclusivas. Pelo contrário, a pobreza aparece em consequência da queda num círculo vicioso, criado pela interação entre instituições políticas e económicas extrativas, do qual não é fácil sair.

Todavia, os autores pensam que a transição de instituições extrativas para inclusivas é possível, sempre e quando se produza uma mudança institucional e económica profunda. Isto sucedeu e poderá continuar a suceder se se aproveitarem acontecimentos relevantes, que os autores denominam “conjunturas críticas”, capazes de perturbar o equilíbrio político e económico existente num determinado país ou região.

Acemoglu e Robinson estão plenamente conscientes, e assim o expressam, de que embora a sua teoria tenha uma inegável

capacidade explicativa, o seu poder profético é limitado, dada a quantidade de fatores, variáveis e circunstâncias que influem no desenvolvimento económico.

Pela repercussão e pelos debates que o livro tem vindo a gerar, assim como pelas reflexões a que convida sobre o importante papel que as instituições políticas e económicas desempenham no desenvolvimento dos países, a sua leitura é oportuna, estimulante e, portanto, muito recomendável.

L. B. M.

